



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Técnico Judiciário

Área Administrativa

Caderno de Prova, Cargo S13, Tipo 001

000000000000000000

00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

P R O V A

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Novembro/2008

CONHECIMENTOS GERAIS

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Os Jogos Olímpicos são um desafio ao bom senso. Tome-se o arremesso do martelo. Terem inventado que tal coisa é uma atividade digna de ser praticada, digna de ser chamada de “esporte” e, para culminar, digna de figurar entre as modalidades olímpicas mostra como são instigantes os caminhos que a mente humana é capaz de percorrer. Tome-se o salto com vara. Por que saltar com vara? É outra invenção que só pode ser atribuída à tendência da mente humana em fugir do que é natural e razoável. E a corrida com barreiras? E o salto triplo? A rigor seria até dispensável o trabalho de selecionar uma ou outra modalidade. O esporte como um todo, e em especial a mania de superação que contamina seus praticantes, já repousaria sobre a premissa absurda de contrariar o prazer do sossego e do repouso.

Todo o universo atlético ganha um sentido, no entanto, quando nos damos conta de que ali se reencena a luta humana pela sobrevivência. A corrida tem sua origem na fuga das feras ou dos grupos rivais; a corrida com obstáculos, na dificuldade de superar os charcos, os barrancos e os espinheiros; o salto em distância, na ultrapassagem dos riachos; o salto em altura, na tentativa de alcançar os frutos no alto das árvores. Até o salto com vara ganha uma lógica: é o momento em que o homem primitivo se torna capaz de inventar ferramentas para superar os obstáculos impostos pela natureza. E o arremesso do martelo, assim como o do disco e o do dardo, visita a quadra em que o homem criou as armas para substituir os próprios punhos na caça e no enfrentamento dos inimigos.

Os Jogos Olímpicos miram na Grécia e acertam na pré-história. São uma releitura da Idade da Pedra. Ou melhor: uma parte dos Jogos. Os esportes com bola pertencem a outro capítulo da história da humanidade. Se nossos ancestrais demoraram tanto para inventar a roda, demoraram ainda mais para chegar à bola. A bola tem como principal característica uma esplendorosa inutilidade. É um brinquedo. As modalidades do atletismo lembram as sofridas necessidades da subsistência, na era em que a espécie procurava se consolidar sobre o planeta – fugir, comer, enfrentar o inimigo, contornar os obstáculos, conquistar a fêmea. Já a bola se notabiliza pela ausência de função nas lides pela sobrevivência. Por isso mesmo representa a conquista de um novo patamar, de inestimável valor, na escala da evolução: o patamar da diversão. Consolidada e confiante em si mesma, a espécie permite-se o luxo de brincar.

O arremesso do martelo, mesmo não sendo mais com martelo, continua assustador. Haja músculo, para atirar aquela

bola de ferro. Haja peso, para dar os rodopios que precedem seu lançamento. É uma atividade que pode causar admiração pela força, nunca pela astúcia. Já os passes no futebol ou as levantadas do vôlei mostram que, nos esportes com bola, a força é temperada, e às vezes até substituída, pela habilidade. O martelo pode até causar assombro, mas nunca provocará um sorriso. Já o drible, no futebol e no basquete, ou a “largada” no vôlei, manobras cujo objetivo é enganar o adversário, representam a intromissão do humor na competição. Do martelo à bola, desenha-se um percurso em cujo ponto de chegada a ênfase está menos nos músculos do que no uso da massa cinzenta alojada no cocuruto do animal humano.

(Roberto Pompeu de Toledo. **Veja**. 27 de agosto de 2008, p.170, com adaptações)

1. Segundo o autor,
 - (A) a qualificação de “esporte” atribuída a certas modalidades disputadas nos Jogos Olímpicos não se justifica mais nas condições da vida moderna.
 - (B) a interferência do humor nas competições esportivas gera desrespeito aos competidores mais fracos, desestimulando o espírito olímpico.
 - (C) algumas explicações para a presença de determinadas modalidades esportivas nos Jogos Olímpicos se encontram na própria história da humanidade.
 - (D) a seriedade que sempre envolveu a realização dos Jogos Olímpicos pode ser comprometida por atitudes anti-esportivas em certas modalidades.
 - (E) as modalidades em que sobressai a força física dos atletas, embora possam causar estranheza, são preferíveis aos esportes com bola, que estimulam a brincadeira.

2. Considere as afirmativas abaixo:

- I. A prática de certas modalidades esportivas, que se mantêm tradicionalmente, apenas vem confirmar que nem sempre há explicações lógicas para as atitudes humanas.
- II. As diversas modalidades esportivas tradicionalmente agrupadas nos Jogos Olímpicos apontam para as necessidades básicas da história da humanidade.
- III. A associação do uso da inteligência ao preparo físico dos atletas denota um degrau superior na linha evolutiva do homem.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

<p>3. Os Jogos Olímpicos são um desafio ao bom senso. É correto afirmar, a partir da observação acima:</p> <p>(A) A ressalva – <i>Todo o universo atlético ganha um sentido, no entanto</i> – garante a coerência entre a frase que inicia o texto e o desenvolvimento, até a conclusão final.</p> <p>(B) O desenvolvimento do texto lhe acrescenta uma conclusão de certa forma incoerente, ao afirmar que há <i>um percurso em cujo ponto de chegada a ênfase está menos nos músculos do que no uso da massa cinzenta</i>.</p> <p>(C) A opinião inicial, desfavorável à manutenção de certas modalidades esportivas que mostram <i>como são instigantes os caminhos que a mente humana é capaz de percorrer</i>, garante a unidade de todo o desenvolvimento textual.</p> <p>(D) A afirmativa faz sentido até o último parágrafo, em que o autor se vale do mesmo tipo de linguagem crítica quando se refere às <i>manobras cujo objetivo é enganar o adversário e que representam a intromissão do humor na competição</i>.</p> <p>(E) Para o autor, a realização dos Jogos Olímpicos na época contemporânea perdeu sentido, tanto por terem se transformado em um espetáculo grandioso de força e poder, quanto por serem <i>uma releitura da Idade da Pedra</i>.</p>	<p>7. O segmento grifado está corretamente substituído pelo pronome correspondente, considerando-se também sua colocação, em:</p> <p>(A) <i>para substituir os próprios punhos</i> = para lhes substituir.</p> <p>(B) <i>pertencem a outro capítulo da história</i> = pertencem a ele.</p> <p>(C) <i>que pode causar admiração pela força</i> = que pode causá-lo.</p> <p>(D) <i>mas nunca provocará um sorriso</i> = mas nunca lhe provocará.</p> <p>(E) <i>representam a intromissão do humor</i> = o representam.</p>
<p>4. O texto se desenvolve como</p> <p>(A) condenação generalizada a algumas modalidades dos Jogos Olímpicos, por exigirem esforço físico além das possibilidades do ser humano.</p> <p>(B) censura indireta aos responsáveis pela realização dos Jogos Olímpicos por manterem neles certas modalidades que nada têm de esportivas.</p> <p>(C) elogio à maneira moderna de realização dos Jogos Olímpicos, em que se incluíram modalidades mais recentes, com bola, em meio às mais antigas.</p> <p>(D) apresentação, do início até hoje, de informações baseadas em dados históricos a respeito da origem e desenvolvimento dos Jogos Olímpicos.</p> <p>(E) considerações a respeito das modalidades em disputa nos Jogos Olímpicos, correlacionando-os à linha evolutiva da humanidade.</p>	<p>8. As modalidades do atletismo lembram as sofridas necessidades da subsistência, na era em que a espécie procurava se consolidar sobre o planeta – fugir, comer, enfrentar o inimigo, contornar os obstáculos, conquistar a fêmea. (3º parágrafo)</p> <p>A afirmativa INCORRETA a respeito do segmento acima é:</p> <p>(A) O travessão introduz uma seqüência enumerativa de ações humanas.</p> <p>(B) Por introduzir um segmento especificativo, o travessão pode ser corretamente substituído por dois-pontos, sem alteração do sentido original.</p> <p>(C) Os verbos que aparecem no infinitivo podem ser corretamente substituídos pelos respectivos substantivos, como apostos à expressão <i>as sofridas necessidades da subsistência</i>.</p> <p>(D) Como o pronome relativo <i>que</i> vem antecedido da preposição <i>em</i>, a redação também estaria correta com o emprego de onde para substituir "em que".</p> <p>(E) A expressão <i>da subsistência</i> tem função sintática de complemento nominal, exigido pelo substantivo <i>necessidades</i>.</p>
<p>5. Como inferência, o ditado popular que pode ser aplicado ao conteúdo do 3º e do 4º parágrafos é:</p> <p>(A) Nem só de pão vive o homem.</p> <p>(B) Quem ama o feio, bonito lhe parece.</p> <p>(C) Nem tudo que reluz é ouro.</p> <p>(D) Deus dá o frio conforme o cobertor.</p> <p>(E) Quem espera sempre alcança.</p>	
<p>6. Considerando-se o contexto, o segmento cujo sentido está corretamente transcrito em outras palavras é:</p> <p>(A) <i>como são instigantes os caminhos</i> = caso sejam possíveis os meios.</p> <p>(B) <i>fugir do que é natural e razoável</i> = desconsiderar problemas mais graves.</p> <p>(C) <i>mania de superação</i> = insistência na obtenção de melhores resultados.</p> <p>(D) <i>nas lides pela sobrevivência</i> = nos rumos de uma vida melhor.</p> <p>(E) <i>a conquista de um novo patamar</i> = uma premiação além do esforço empregado.</p>	<p>9. <u>Tome-se o arremesso do martelo.</u> (1º parágrafo)</p> <p>Repete-se o emprego da forma verbal grifada acima no verbo também grifado em:</p> <p>(A) ... em que o homem primitivo <u>se torna</u> capaz de inventar ferramentas...</p> <p>(B) ... a espécie <u>permite-se</u> o luxo de brincar.</p> <p>(C) O arremesso do martelo ... <u>continua</u> assustador.</p> <p>(D) <u>Haja</u> peso, para dar os rodopios que precedem seu lançamento.</p> <p>(E) Do martelo à bola, <u>desenha-se</u> um percurso ...</p>

10. ... *desenha-se um percurso em cujo ponto de chegada a ênfase está menos nos músculos do que no uso da massa cinzenta alojada no cocuruto do animal humano.* (final do texto)

O sentido da afirmativa acima está reproduzido com correção, clareza e lógica, sem alteração do sentido original, em:

- (A) representa-se a chegada de um caminho onde o ponto está na força física do homem tanto mais na sua inteligência.
- (B) percebe-se uma trajetória cujo final demonstra mais o uso da inteligência do ser humano do que sua força física.
- (C) determina-se um caminho onde a chegada está no realce dado não só aos músculos mas também no uso inteligente do cérebro humano.
- (D) vislumbra-se a trajetória humana de cujo realce salienta-se menos os músculos e mais a massa cerebral do homem.
- (E) esboça-se um percurso de cuja chegada está tanto na força física quanto no uso da massa cerebral humana.

Atenção: As questões de números 11 a 19 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Não há dúvida de que leitores, ouvintes e espectadores seguem suas preferências ao fazer uso dos meios de comunicação: querem se divertir ou se distrair, querem se informar ou tomar parte em debates públicos. Mas, no momento em que se interessam por um programa político ou cultural, quando recebem a “bênção matinal realista” da leitura de jornais, todos se expõem – com alguma medida de autopaternalismo – a um processo de aprendizado de resultados imprevisíveis.

O resultado de um estudo sobre fluxos de comunicação pode ter interesse nesse contexto. Ao menos no âmbito da comunicação política – ou seja, para o leitor como cidadão – a imprensa de qualidade desempenha um papel de “liderança”: o noticiário político do rádio e da televisão depende em larga escala dos temas e das contribuições provenientes do jornalismo “argumentativo”.

Vivemos em sociedades pluralistas. O processo de decisão democrático só pode ultrapassar as cisões profundas entre visões de mundo opostas se houver algum vínculo legitimador aos olhos de todos os cidadãos. O processo de decisão deve conjugar inclusão (isto é, a participação universal em pé de igualdade) e condução discursiva do conflito de opiniões.

Esse papel se evidencia intuitivamente tão logo se tenha em mente a diferença entre o conflito público de opiniões concorrentes e a divulgação de pesquisas de opinião. Opiniões que se formam por meio de discussão e polêmica são, a despeito de toda dissonância, filtradas por informações e argumentos, enquanto as pesquisas de opinião apenas invocam opiniões latentes em estado bruto ou inerte.

(Trecho adaptado do artigo de Jürgen Habermas. **Folha de S. Paulo, Mais!**, p. 4, 27 de maio de 2007)

11. No texto o autor

- (A) lamenta o pequeno impacto, até mesmo imprevisível, que uma pesquisa de opinião tem sobre os leitores de um jornal.
- (B) censura a divulgação em jornais das pesquisas de opinião, visto que elas nem sempre serão verdadeiramente significativas.
- (C) considera importantes as pesquisas de opinião, por serem elas manifestação espontânea dos leitores.
- (D) aponta a indevida interferência dos meios de comunicação na opinião pública, como fornecedores de informações.
- (E) destaca a importância do papel de formadores de opinião, inerente aos vários meios de comunicação.

12. Infere-se corretamente do texto que o *vínculo legitimador* proposto pelo autor está

- (A) na constatação de que seus eventuais leitores têm o direito de escolha particular na leitura de um jornal, por exemplo.
- (B) no interesse de grupos de leitores, ainda que possam ter opiniões divergentes, por um único veículo de informação.
- (C) no confronto de idéias divergentes, com participação ampla dos cidadãos, possível por meio dos instrumentos de comunicação.
- (D) na fidelidade dos leitores a um determinado veículo de comunicação, que lhes oferece alternativas entre informação e distração.
- (E) na preocupação que deve existir nos meios de comunicação de serem veículos privilegiados de formação da opinião pública.

13. A expressão *condução discursiva do conflito de opiniões* (3º parágrafo) tem seu sentido explicitado no contexto por:

- (A) *uso dos meios de comunicação.*
- (B) *a “bênção matinal realista”.*
- (C) *no âmbito da comunicação política.*
- (D) *por meio de discussão e polêmica.*
- (E) *opiniões latentes em estado bruto ou inerte.*

14. De acordo com o texto, é correto afirmar:

- (A) A possibilidade de divulgação ampla de informações bem como a necessária discussão de pontos de vista divergentes são aceitas como garantia do vigor de um processo democrático.
- (B) Os meios de comunicação, especialmente a imprensa escrita, prestam desserviço à população com publicações que nem sempre despertam interesse, como ocorre com pesquisas de opinião.
- (C) A maioria dos leitores de jornais e de espectadores busca habitualmente nos meios de comunicação assuntos direcionados à distração e à diversão, sem preocupação com matérias informativas.
- (D) O fato de viver em uma sociedade pluralista exige que todos tenham capacidade de entendimento e de aceitação das inúmeras visões de mundo traduzidas nas discussões que embasam as pesquisas de opinião.
- (E) O interesse do público por pesquisas de opinião se traduz sobretudo pela oposição e até mesmo pelos conflitos que transparecem em seus resultados, interesse que garante a atenção dos leitores.

<p>15. Considerando-se os sinais de pontuação que se encontram no 1º parágrafo do texto, a afirmativa INCORRETA é:</p> <p>(A) Os dois-pontos assinalam a presença de um segmento explicativo.</p> <p>(B) O uso das aspas assinala o sentido especial da expressão.</p> <p>(C) Deveria haver uma vírgula também após a palavra <i>espectadores</i>, assim como há entre as palavras <i>leitores e ouvintes</i>.</p> <p>(D) O segmento isolado por travessões exprime uma opinião do autor, inserida no contexto.</p> <p>(E) As vírgulas que aparecem no 2º período separam orações de mesma estrutura sintática, coordenadas entre si.</p>	<p>18. O verbo registrado entre parênteses cuja flexão deverá ser feita no plural está na frase:</p> <p>(A) É importante saber como se os melhores resultados da leitura de jornais. (atingir)</p> <p>(B) Nenhuma das soluções apontadas livre de interpretações deturpadas da realidade. (estar)</p> <p>(C) A tentativa de controle das informações veiculadas em regimes totalitários. (ocorrer)</p> <p>(D) A televisão, por sua abrangência e propostas de diversão, entre os meios de comunicação. (so-bressair)</p> <p>(E) A preferência dos leitores, a partir das informações obtidas, resultados imprevisíveis. (apresentar)</p>
<p>16. ... quando recebem a “benção matinal realista” da leitura de jornais... (1º parágrafo)</p> <p>A mesma estrutura sintática da oração acima, quanto à regência verbal, está em:</p> <p>(A) ... enquanto as pesquisas de opinião apenas invocam opiniões latentes em estado bruto ou inerte.</p> <p>(B) ... o noticiário político do rádio e da televisão depende em larga escala dos temas e das contribuições ...</p> <p>(C) Vivemos em sociedades pluralistas.</p> <p>(D) ... se houver algum vínculo legitimador aos olhos de todos os cidadãos.</p> <p>(E) ... no momento em que se interessam por um programa político ou cultural ...</p>	<p>19. O emprego ou não do sinal indicativo de crase está inteiramente correto na frase:</p> <p>(A) O jornal oferece matéria peculiar quanto a informação política, pois à um só tempo atende e transforma às preferências dos leitores.</p> <p>(B) Apesar da concorrência digital, a leitura de jornais oferece ainda hoje informações diversificadas a um público atento à mudanças.</p> <p>(C) Nem sempre a imprensa voltada a formação de opiniões é capaz de agradar à todos os leitores com visões de mundo opostas.</p> <p>(D) O estímulo à conflitos de opiniões entre as pessoas leva a formação de grupos de discussão democrática de opiniões divergentes.</p> <p>(E) Atender à demanda por informação deve ser o objetivo de um veículo de comunicação como o jornal, a depender da opinião de seus leitores.</p>
<p>17. Não há dúvida de que leitores, ouvintes e espectadores seguem suas preferências ao fazer uso dos meios de comunicação: querem se divertir ou se distrair, querem se informar ou tomar parte em debates públicos. (início do texto).</p> <p>Considerando o trecho acima, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A oração principal do período é <i>Não há dúvida</i>.</p> <p>(B) A oração subordinada <i>de que leitores, ouvintes e espectadores seguem suas preferências</i> tem função sintática de objeto indireto.</p> <p>(C) As orações que se seguem aos dois-pontos constituem um conjunto de quatro orações coordenadas, formando dois grupos de orações de sentido alternativo.</p> <p>(D) A oração <i>ao fazer uso dos meios de comunicação</i> denota noção de tempo, sendo equivalente a <u>quando fazem uso</u>.</p> <p>(E) O sujeito de <i>querem</i> – verbo repetido nas orações após os dois-pontos – está anteriormente expresso numa das orações subordinadas do período.</p>	<p>20. Um grupo de jornalistas tem um encontro para a escolha de alguns assuntos a serem publicados no jornal em que trabalham.</p> <p>Foi redigido um documento oficial, necessário a esse tipo de encontro, que deverá obedecer a certo padrão, EXCETO:</p> <p>(A) Deverão constar no corpo do documento o dia, o local e a hora do início do encontro.</p> <p>(B) O fecho deverá conter necessariamente a fórmula <i>Atenciosamente</i>.</p> <p>(C) Serão relacionados os nomes dos participantes e de quem presidiu o encontro, além do responsável pelo registro dos fatos e das resoluções tomadas.</p> <p>(D) O documento só será validado pelo conhecimento de todos os participantes, que aporão suas assinaturas após leitura do que nele consta.</p> <p>(E) O documento será redigido em corpo único, sem parágrafos e espaços, e também sem rasuras que, se ocorrerem, deverão ser retificadas.</p>

21. Os dois primeiros pares de palavras abaixo foram escritos segundo determinado critério. Esse mesmo critério deve ser usado para descobrir qual a palavra que comporia corretamente o terceiro par.

ESTAGNAR - ANTA
 PARAPEITO - TIRA
 RENOVADO - ?

Assim sendo, a palavra que deverá substituir o ponto de interrogação é

- (A) AVON
- (B) DONO
- (C) NOVA
- (D) DANO
- (E) ONDA

22. Considere a seguinte seqüência de cálculos:

$$\begin{aligned}
 11^2 &= 121 \\
 111^2 &= 12\ 321 \\
 1\ 111^2 &= 1234\ 321 \\
 11\ 111^2 &= 123\ 454\ 321 \\
 &\vdots \\
 &\vdots
 \end{aligned}$$

A soma dos algarismos do número que se obtém calculando $111\ 111\ 111^2$ é

- (A) um quadrado perfeito.
- (B) maior que 100.
- (C) menor que 70.
- (D) divisível por 5.
- (E) um número primo.

23. Dadas as proposições simples p e q, tais que p é verdadeira e q é falsa, considere as seguintes proposições compostas:

(1) $p \wedge q$; (2) $\sim p \rightarrow q$; (3) $\sim(p \vee \sim q)$; (4) $\sim(p \leftrightarrow q)$

Quantas dessas proposições compostas são verdadeiras?

- (A) Nenhuma.
- (B) Apenas uma.
- (C) Apenas duas.
- (D) Apenas três.
- (E) Quatro.

24. Um feirante comprou maçãs de dois fornecedores: um deles as vendeu na base de 5 maçãs por R\$ 2,00 e o outro na base de 4 por R\$ 3,00. Se ele comprou a mesma quantidade de maçãs de cada um desses fornecedores, então, para não ter lucro e nem prejuízo, pode revender todas as maçãs que comprou na base de

- (A) 18 unidades por R\$ 25,00.
- (B) 20 unidades por R\$ 23,00.
- (C) 32 unidades por R\$ 24,00.
- (D) 36 unidades por R\$ 25,00.
- (E) 40 unidades por R\$ 23,00.

25. Certo dia, Zeus e Frida foram incumbidos de arquivar alguns processos e, para tal, resolveram dividir o total entre si na razão inversa de suas respectivas idades: 24 e 32 anos. Se Zeus gastou 2 horas para cumprir totalmente a sua parte na tarefa, então, considerando que Frida foi 25% mais eficiente do que ele no cumprimento da sua, o tempo que ela levou para arquivar todos os processos que lhe couberam foi

- (A) 15 minutos.
- (B) 1 hora e 12 minutos.
- (C) 1 hora e 36 minutos.
- (D) 1 hora e 45 minutos.
- (E) 2 horas e 8 minutos.

26. NÃO é um formato adotado em sistemas de arquivos usados em computadores o

- (A) NTFS.
- (B) POP3.
- (C) FAT.
- (D) High Sierra.
- (E) FAT32.

27. Um conjunto de regras semânticas e sintáticas, que descreve como transmitir dados, especialmente por uma rede. Em alto nível, por exemplo, lida com a formatação dos dados, incluindo a sintaxe das mensagens, o diálogo do terminal com o computador, conjuntos de caracteres e a seqüência das mensagens. Tal definição do conjunto de regras pertence

- (A) ao roteador.
- (B) à porta.
- (C) ao sinal analógico.
- (D) ao protocolo.
- (E) à ponte.

<p>28. Uma seleção múltipla de textos é o resultado que pode ser obtido quando o modo de seleção do editor BrOffice.org Writer estiver ativado no modo</p> <p>(A) de extensão. (B) de inserção. (C) de seleção em bloco. (D) padrão de seleção. (E) de seleção adicional.</p>	<p>32. É correto afirmar que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, que</p> <p>(A) a administração fazendária e seus servidores fiscais não terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos. (B) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, não se destinam só às atribuições de direção, chefia e assessoramento. (C) é permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público. (D) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores. (E) é por lei específica que será criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.</p>
<p>29. O campo SOMA da barra de <i>status</i> da planilha BrOffice.org Calc, por padrão,</p> <p>(A) exibe a soma dos conteúdos numéricos das células selecionadas. (B) exibe a soma dos conteúdos numéricos de todas as células da planilha. (C) insere a função SOMA na célula selecionada. (D) insere a função SOMA imediatamente após a última linha da coluna selecionada. (E) insere a função SOMA em todas as colunas, imediatamente após a última linha da planilha.</p>	
<p>30. O Mozilla Thunderbird 2 indica quando uma mensagem pode ser uma possível tentativa de golpe, que tenta enganar o usuário para induzi-lo a fornecer dados pessoais, por meio do recurso de segurança denominado proteção</p> <p>(A) <i>anti-cookies</i>. (B) <i>anti-spam</i> inteligente. (C) <i>anti-phishing</i>. (D) de imagens remotas. (E) de privacidade.</p>	<p>33. Compete privativamente à Câmara dos Deputados</p> <p>(A) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa. (B) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República. (C) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. (D) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. (E) fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p>
<p style="text-align: center;">CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</p> <p style="text-align: center;">Noções de Direito Constitucional</p> <p>31. No que se refere aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) As entidades associativas, independentemente de autorização expressa, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente. (B) As associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado. (C) No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano. (D) Aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar. (E) Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.</p>	<p>34. Em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência da República o Presidente</p> <p>(A) do Senado Federal, o da Câmara dos Deputados, e o do Superior Tribunal de Justiça. (B) da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal. (C) da Câmara dos Deputados, o do Supremo Tribunal Federal e o do Senado Federal. (D) do Supremo Tribunal Federal, o da Câmara dos Deputados e o do Senado Federal. (E) do Supremo Tribunal Federal, o do Superior Tribunal de Justiça e o do Tribunal Superior Eleitoral.</p>

<p>35. Quanto ao Congresso Nacional, considere:</p> <p>I. O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.</p> <p>II. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.</p> <p>III. Cada Estado e o Distrito Federal elegerão quatro Senadores, com mandato de oito anos.</p> <p>IV. Cada Senador será eleito com três suplentes.</p> <p>É correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, II e III. (B) II e III. (C) I e II. (D) I, III e IV. (E) III e IV.</p>	<p>39. Sendo um dos requisitos do ato administrativo, a competência é</p> <p>(A) modificável por vontade do agente. (B) transferível. (C) irrenunciável. (D) prescritível. (E) de exercício não obrigatório.</p>
<p>36. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente,</p> <p>(A) os mandados de segurança e os <i>habeas data</i> contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.</p> <p>(B) as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta.</p> <p>(C) os <i>habeas corpus</i>, quando o coator ou paciente for Governador de Estado, ou quando o coator for tribunal sujeito à sua jurisdição, Ministro de Estado ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.</p> <p>(D) os <i>habeas corpus</i> decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória.</p> <p>(E) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão.</p>	<p>40. No que concerne aos atributos do ato administrativo, é INCORRETO afirmar que a</p> <p>(A) presunção de legitimidade depende de previsão legal. (B) presunção de legitimidade do ato administrativo é relativa. (C) imperatividade implica que a imposição do ato independe da anuência do administrado. (D) auto-executoriedade consiste na possibilidade que certos atos administrativos ensejam de imediata e direta execução pela própria Administração. (E) presunção de legitimidade não impede o questionamento do ato administrativo perante o Poder Judiciário.</p>
<p>37. O Conselho da República é órgão superior de consulta do Presidente da República, e dele NÃO participa o</p> <p>(A) Vice-Presidente da República. (B) Presidente da Câmara dos Deputados. (C) Presidente do Senado Federal. (D) Presidente do Supremo Tribunal Federal. (E) Ministro da Justiça.</p>	<p>41. A revogação do ato administrativo praticado pelo Poder Executivo insere-se na competência</p> <p>(A) do Tribunal de Contas. (B) do Poder Judiciário. (C) do Poder Legislativo. (D) da própria Administração Pública. (E) do Ministério Público.</p>
<p style="text-align: center;">Noções de Direito Administrativo</p> <p>38. Sobre o conceito de ato administrativo, é correto afirmar:</p> <p>(A) O ato administrativo não produz efeitos jurídicos imediatos. (B) Ato praticado por concessionário de serviço público, mesmo no exercício de prerrogativas públicas, não caracteriza ato administrativo. (C) Qualquer manifestação de vontade ou declaração da Administração configura ato administrativo. (D) Todo ato administrativo retrata manifestação bilateral de vontades. (E) Quando o Estado pratica atos jurídicos regulados pelo Direito Civil ou Comercial, coloca-se no plano dos particulares.</p>	<p>42. Sobre o vencimento e a remuneração do servidor público da União, é correto afirmar:</p> <p>(A) Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, descontado das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei. (B) Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei. (C) Cargos de Poderes diferentes, mesmo tendo atribuições iguais ou semelhantes, podem ter vencimentos diferentes. (D) O servidor não perderá a remuneração do dia em que faltar ao serviço, mesmo sem motivo justificado, desde que seja compensada a falta. (E) O servidor em débito com o erário que for demitido terá o prazo de três meses para quitar o débito.</p> <p>43. As férias do servidor público da União NÃO podem ser interrompidas</p> <p>(A) por motivo de convocação para o serviço eleitoral. (B) por motivo de calamidade pública. (C) a pedido do servidor, por motivos pessoais. (D) por necessidade de serviço, ainda que declarada pela autoridade máxima do órgão a que pertence o servidor. (E) no caso de convocação para júri.</p>

<p>44. Servidor público da União teve um interesse prejudicado pelo superior hierárquico e, para fazer prova, necessita de uma certidão do órgão onde trabalha. Ao fazer o requerimento pela via administrativa, ele exerce o direito</p> <p>(A) de petição. (B) a <i>habeas corpus</i>. (C) a <i>habeas data</i>. (D) de reclamação. (E) de representação.</p>	<p>48. No que concerne à jornada suplementar de trabalho, considere:</p> <p>I. A limitação legal da jornada suplementar a duas horas diárias exime o empregador de pagar as horas trabalhadas.</p> <p>II. A remuneração do serviço suplementar é composta do valor da hora normal, integrado por parcelas de natureza salarial e acrescido do adicional previsto em lei, contrato, acordo, convenção coletiva ou sentença normativa.</p> <p>III. O empregado, sujeito a controle de horário, remunerado à base de comissões, tem direito ao adicional de, no mínimo, 30% pelo trabalho em horas extras, calculado sobre o valor-hora das comissões recebidas no mês.</p> <p>IV. A prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada, sendo que, para as horas destinadas à compensação, deverá ser pago a mais apenas o adicional por trabalho extraordinário.</p>
<p>45. O servidor público da União NÃO é proibido de</p> <p>(A) atuar, em qualquer caso, como procurador junto a repartições públicas. (B) recusar fé a documento público. (C) promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição. (D) aliciar subordinados no sentido de se filiarem a sindicato da categoria. (E) exercer o comércio na qualidade de acionista ou cotista.</p>	<p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) II, III e IV. (B) II e IV. (C) I, II e III. (D) I, II e IV. (E) I e III.</p>
<p>46. A respeito das responsabilidades do servidor público civil da União, em conformidade com a Lei nº 8.112/90, é correto afirmar:</p> <p>(A) A responsabilidade penal do servidor abrange tão-só os crimes contra a Administração Pública. (B) A obrigação de reparar o dano não se estende aos sucessores. (C) A responsabilidade civil do servidor decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros. (D) Sendo independentes as instâncias, a responsabilidade administrativa do servidor não será afastada, mesmo no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato. (E) Tratando-se de dano causado a terceiros, a responsabilidade será da União, respondendo o servidor apenas no âmbito administrativo.</p>	<p>49. Com relação aos intervalos, é correto afirmar:</p> <p>(A) Para o empregado que labora seis horas diárias é obrigatória a concessão de intervalo intrajornada de 30 minutos. (B) Para o empregado que labora quatro horas diárias é obrigatória a concessão de intervalo intrajornada de 15 minutos. (C) O pagamento habitual de intervalo intrajornada não concedido não possui natureza salarial, não sendo devidos reflexos em férias. (D) Convenção ou acordo coletivo de trabalho não poderá suprimir ou reduzir o intervalo intrajornada. (E) Em regra, os intervalos intrajornada concedidos além dos previstos em lei ou norma coletiva, como para café, não representa tempo à disposição do empregador.</p>
<p style="text-align: center;">Noções de Direito do Trabalho</p> <p>47. Maria e Marta cursaram a faculdade pública de direito X e Amanda e Flávia foram colegas de classe na faculdade particular de direito Y. Já advogadas, Maria, Marta e Amanda foram contratadas simultaneamente para trabalharem no escritório de advocacia W. Após dois anos e três meses da contratação, Marta pediu demissão de seu emprego, tendo o escritório empregador contratado Flávia para sucedê-la. O salário de Maria é o dobro do salário de Amanda e Flávia, bem como todas exercem as mesmas funções, com igual produtividade e com a mesma perfeição técnica para o escritório de advocacia W, que não possui quadro de carreira. Neste caso,</p> <p>(A) não poderá haver equiparação salarial entre as advogadas, tendo em vista que é vedada equiparação em categoria diferenciada. (B) Flávia e Amanda poderão requerer a equiparação salarial com o salário percebido por Maria. (C) não poderá haver equiparação salarial entre as advogadas, tendo em vista que a lei veda a equiparação salarial de trabalho intelectual. (D) somente Amanda poderá requerer a equiparação salarial com o salário percebido por Maria. (E) somente Flávia poderá requerer a equiparação salarial com o salário percebido por Maria.</p>	<p>50. João, Joana, Juca e Jean são empregados da empresa Primavera. João recebeu ajuda de custo. Joana recebeu abono de férias de 15 dias. Juca recebe diária de viagem que excedem 50% de seu salário e Jean recebe gratificação ajustada com seu empregador. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, integram o salário as verbas recebidas apenas por</p> <p>(A) Joana, Juca e Jean. (B) João, Juca e Jean. (C) João e Joana. (D) Joana e Juca. (E) Juca e Jean.</p>

51. Considere:

- I. Ana Clara labora no período noturno na empresa privada S, sendo que sua empregadora, não considerando a hora noturna reduzida, paga o adicional noturno com acréscimo de 50% sobre a hora diurna.
- II. Douglas é empregado rural e labora na agricultura das 21:00 de um dia às 5:00 horas do outro, recebendo o adicional noturno em razão desse labor.
- III. Daniela laborava no período noturno de trabalho na empresa privada Z, tendo sido transferida para o período diurno de trabalho, o que implicou perda do direito ao adicional noturno.
- IV. Joana, empregada urbana, labora em horário misto, abrangendo período diurno e noturno, recebendo o adicional noturno por todo o período laborado.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) I e II.

52. No que tange à prescrição, analise:

- I. A ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos.
- II. Tratando-se de pedido de diferença de gratificação semestral que teve seu valor congelado, a prescrição aplicável é a parcial.
- III. Nas prestações de pagamento sucessivo, a prescrição será parcial e contada do vencimento de cada uma delas.
- IV. É vintenária a prescrição do direito de reclamar contra o não-recolhimento da contribuição para o FGTS, observado o prazo de dois anos após o término do contrato de trabalho.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e IV.

53. Considere:

- I. Marta trabalha na empresa privada JUSTA e possui uma filha com 13 anos de idade completos.
- II. Silvia é empregada doméstica e possui um filho com 7 anos de idade completos.
- III. Mateus é trabalhador avulso e possui dois filhos, um com 8 anos e outro com 12 anos de idade.
- IV. Mônica é trabalhadora avulsa e possui um filho inválido com 25 anos de idade.

Em regra, terão direito ao salário-família APENAS os trabalhadores indicados em

- (A) I.
- (B) I, III e IV.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) I, II e III.

Noções de Direito Processual do Trabalho

54. As competências em razão da pessoa, da função e da matéria são de natureza

- (A) absoluta, absoluta e relativa, respectivamente.
- (B) relativa.
- (C) relativa, absoluta e absoluta, respectivamente.
- (D) absoluta, relativa e absoluta, respectivamente.
- (E) absoluta.

55. Paulo é advogado, tem 29 anos de idade e 5 anos de efetiva atividade profissional; Pedro é bacharel em Direito, mas não exerce a profissão, tem 40 anos de idade e é professor há 7 anos; João é membro do Ministério Público do Trabalho, tem 31 anos de idade e 11 anos de efetivo exercício; José é advogado, tem 30 anos de idade e 10 anos de atividade profissional; Luiz é advogado, tem 66 anos de idade e 40 anos de efetiva atividade profissional. Preenchidos os demais requisitos legais, podem ser nomeados juizes do Tribunal Regional do Trabalho

- (A) Luiz e Pedro.
- (B) Paulo e José.
- (C) Pedro e Luiz.
- (D) João, Luiz e José.
- (E) João e José.

56. A respeito dos recursos em matéria trabalhista, é INCORRETO afirmar:

- (A) Cabe agravo de instrumento contra decisão que negar seguimento a recurso ordinário.
- (B) Cabe agravo de petição contra a sentença que homologa o cálculo em execução de sentença, desacolhendo parcialmente impugnação do reclamado.
- (C) Cabe agravo regimental para o Tribunal Pleno do TST das decisões proferidas pelo Corregedor do TST.
- (D) Pode o reclamante interpor recurso ordinário contra a decisão que homologa acordo entre as partes.
- (E) Os embargos de declaração são cabíveis para impugnar sentença ou acórdão quando ocorrer omissão, obscuridade ou contradição.

57. Considere:

- I. Termo de compromisso de ajustamento de conduta com conteúdo obrigacional firmado perante o Ministério Público do Trabalho.
- II. Acordo celebrado entre empregador e empregado não homologado e sem testemunhas instrumentárias.
- III. Cheque sem suficiente provisão de fundos emitido pelo empregador para pagamento de salário.
- IV. Termo de conciliação com conteúdo obrigacional celebrado perante a Comissão de Conciliação Prévia competente.

São títulos exequíveis na Justiça do Trabalho os indicados APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) I, II e III.

58. Quanto às partes e aos procuradores, é correto afirmar:

- (A) O empregador que não puder comparecer à audiência de instrução e julgamento poderá fazer-se representar por seu advogado, desde que este esteja munido de procuração com poderes para tanto.
- (B) O empregado que não puder comparecer à audiência de instrução e julgamento por motivo de doença poderá fazer-se representar por sua esposa ou pessoa da família.
- (C) Em se tratando de reclamação plúrima, os empregados poderão fazer-se representar na audiência de instrução e julgamento pelo sindicato de sua categoria.
- (D) A reclamação trabalhista do menor de 16 anos, na falta de seus representantes legais, poderá ser feita por outro empregado maior que pertença à mesma profissão.
- (E) Sendo o reclamante empregado doméstico, a representação do empregador só pode ser feita pelo proprietário do imóvel onde exerça suas funções.

59. Numa reclamação trabalhista, o crédito do reclamado é superior ao do reclamante. Nesse caso,

- (A) o reclamado só poderá apresentar reconvenção se a diferença for superior a um mês de salário do empregado e se tiver ocorrido rescisão do contrato de trabalho.
- (B) o juiz pode determinar ao reclamante que devolva a diferença ao reclamado, independentemente de reconvenção.
- (C) o reclamado só poderá pleitear seu crédito em ação própria, pois, no processo trabalhista, não há reconvenção.
- (D) o reclamado pode apresentar reconvenção, se o crédito for oriundo da relação de emprego e houver conexão.
- (E) o reclamado pode, em contestação, pedir a compensação dos créditos e a devolução do que entende devido, sendo que o reclamante pode apresentar reconvenção.

60. Os embargos à execução **NÃO** poderão versar, dentre outras hipóteses, sobre

- (A) inexigibilidade do título.
- (B) quitação anterior à sentença do processo de conhecimento.
- (C) incompetência do juízo da execução.
- (D) excesso de execução até a penhora.
- (E) prescrição posterior à sentença do processo de conhecimento.